

FLUXO CONTÍNUO

A ANTIPOLÍTICA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO E A CRISE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

THE ANTI-POLITICS OF JAIR MESSIAS BOLSONARO AND THE BRAZILIAN DEMOCRACY CRISIS

Francioli Bagatin
Doutoranda em Ciência Política –
Universidade Federal de Pelotas
Luana Broni de Araújo
Doutoranda em Ciência Política -
Universidade Federal de Pelotas

A ANTIPOLÍTICA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO E A CRISE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a antipolítica do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL) e a crise da democracia no Brasil que apresentou os seus primeiros sintomas após as constantes manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas Junho que ocorreram em 2013 e as que solicitaram o impeachment do ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014 e 2015. Compreende-se que o discurso anticorrupção era sinônimo de antipetismo, criando um inimigo em comum que precisava necessariamente ser combatido. Além do discurso antipetista, surge também a necessidade de se combater o fantasma do comunismo. As políticas públicas e assistencialistas são também alvos da onda neoliberal e conservadora que se manifesta no Brasil. Diante dos referidos acontecimentos que resultam na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, inicia-se um processo de enfraquecimento das instituições democráticas resultado de um comportamento antipolítico de ataque aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Jair Messias Bolsonaro, antipolítica, crise da democracia, neoliberalismo, neoconservadorismo.

THE ANTI-POLITICS OF JAIR MESSIAS BOLSONARO AND THE BRAZILIAN DEMOCRACY CRISIS

ABSTRACT

FLUXO CONTÍNUO

This article aims to analyze the anti-political stance of former President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro (PL), and the crisis of democracy in Brazil that showed its first symptoms after the constant protests known as the June Journeys that occurred in 2013, as well as those calling for the impeachment of former President Dilma Rousseff (PT) in 2014 and 2015. It is understood that the anti-corruption discourse was synonymous with anti-PT sentiment, creating a common enemy that needed to be necessarily fought against. In addition to the anti-PT discourse, there is also the need to combat the specter of communism. Public and welfare policies are also targets of the neoliberal and conservative wave that manifests itself in Brazil. In the face of these events, which result in the election of Jair Bolsonaro in 2018, a process of weakening democratic institutions begins, resulting from an anti-political behavior attacking human rights and the Democratic Rule of Law.

KEYWORDS: Jair Messias Bolsonaro, antipolitics, crisis of democracy, neoliberalism, neoconservatism.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1980 acontece no Brasil um período de redemocratização, com eventos muito significativos como a campanha pelas Diretas Já (1984-85), a retomada de eleições presidenciais diretas (1985) e a promulgação de uma nova Constituição Federal (1988). É um período de significativas mudanças políticas, visto que, encerra o período de uma ditadura militar iniciada com o Golpe Militar de 1964 e que perdura até 1985.

Entre 1988 e 2013, o Brasil viu-se frente a uma nova realidade política: um novo regime de governo, cujos indícios levavam a crer que se tratava de uma Democracia consolidada e fortalecida, embora historicamente o Brasil, mesmo após a instauração da República Democrática (1889) tenha vivido períodos de instabilidade política e social.

O ano de 2013 pode ser considerado um marco na política brasileira, pois inaugura um novo capítulo na trajetória democrática do país. Neste ano, mais especificamente em meados de junho, ocorreram manifestações em diversas partes do país, que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”¹

¹ As chamadas Jornadas de Junho começaram com protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) - frente de muitos movimentos sem uma linha política definida (Pomar, 2013) - contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo. Um dos *slogans* das Jornadas era “não me representa”, o que simultaneamente expressava uma crença na ação direta (via internet e nas ruas) e desacreditava a base da democracia representativa, os partidos e os políticos. As manifestações organizadas pelo MPL, com a pauta unificada contra o aumento do transporte público de São Paulo em “20 centavos”, atraíram um grande número de jovens, muitos dos quais saíam às ruas para manifestar-se politicamente pela primeira vez. Logo, muitos ativistas e grupos de orientação ideológica distintas e até divergentes foram se juntando, tentando colar sua própria pauta e imprimir uma identidade às manifestações. É nesse momento que começam as manifestações contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o clamor “Fora Dilma”. Grupos ligados a partidos políticos passaram a ser hostilizados, e as cores verde e amarela da bandeira - historicamente usadas pela direita -

FLUXO CONTÍNUO

- nas quais a população brasileira manifestava o seu descontentamento com as instituições e com as figuras políticas – que apontavam para o princípio de uma crise política e institucional (MIGUEL, 2022).

As manifestações de junho de 2013 somaram-se as de 2014-2016 que culminaram no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT). Tais manifestações retratam o princípio do declínio e da desconfiança nas instituições, nos partidos políticos e nas figuras tradicionais, levando à vitória da extrema direita no Brasil nas eleições presidenciais de 2018.

É esse o cenário que o presente trabalho pretende analisar: a antipolítica do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) perpassando por momentos históricos relevantes desde as Jornadas de Junho de 2013 e as manifestações que ocorreram em 2015 e 2016 que culminaram em um período de instabilidade política, caracterizado por um descrédito nas instituições executivas, legislativas e em especial no judiciário brasileiro. - Portanto, a metodologia adotada é de revisão bibliográfica com análise histórica dos principais acontecimentos que propiciaram o surgimento do fenômeno bolsonarismo.

2. AS “JORNADAS DE JUNHO” E AS MANIFESTAÇÕES POPULARES PELO IMPEACHMENT

O ano de 2013 se torna significativo para o mainstream da Ciência Política ante as mudanças que ocorreram nos anos subsequentes no que se refere à participação política, à emergência do neoconservadorismo e do neofascismo que culminaram na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018.

Para Mattos (2022) as Jornadas de Junho marcaram a emergência das pautas reivindicatórias por parte da população brasileira, mas também “o início da ocupação de espaços por parte de um setor organizado de extrema-direita, que se apresentou publicamente com pautas de combate à corrupção” (p. 26). À medida que a população se manifestava, as pautas reivindicatórias por melhorias começaram a ganhar um caráter mais conservador, o que reforçou o clima de intolerância entre os diversos grupos sociais e de espectros políticos diferentes. Para compreender a nova dinâmica política que se apresenta a partir de 2013 e que leva a eleição de

tornaram-se mais presentes nos protestos. Ao reconhecer a infiltração de grupos conservadores nas manifestações e temendo que o movimento tomasse um sentido não desejado, o MPL decidiu parar com os protestos. No entanto, eles continuaram, desta vez sob a batuta de grupos e lideranças mais à direita no espectro político, com o apoio de artistas que deram maior dimensão midiática a esse movimento. Frases de efeito das jornadas foram “emprestadas” à publicidade, como o slogan “Vem pra rua, vem” retirado de uma propaganda de automóvel. (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

FLUXO CONTÍNUO

um governo de extrema direita é importante conhecer o perfil dos manifestantes e suas reivindicações.

As manifestações de 2013 apresentavam um perfil bem diferente das que ocorreram nos anos de 2015-2016. Em 2013 os manifestantes apresentavam um perfil de rendimento salarial mais baixo, em torno de zero a cinco salários-mínimos, escolaridade média e eram mais jovens (MATTOS, 2021). Já as manifestações que ocorreram no período de 2015-2016 propunham como pauta elementar o combate à corrupção nefasta dos governos petistas, atraindo manifestantes com rendimento salarial mais alto, mais velhos e que possuíam nível superior de ensino (MATTOS, 2021).

Essa mudança de perfil e o teor das manifestações encaminhavam o Brasil para um contexto de moralismo em que a sociedade tradicional era exaltada, com a defesa da família, da religião e da nação e, ao mesmo tempo, o campo reacionário avançava em pautas de natureza homofóbica, sexista, racista e xenófoba (MESSENBURG, 2017).

Para Solano (2019) o antipetismo das manifestações apresentava um teor de classe e anti-igualitarista. A classe média brasileira se sentiu abandonada pelo governo ao mesmo tempo em que rejeitavam a ascensão econômica dos mais pobres, o que em grande medida contribuiu diretamente para a ascensão do fenômeno que se denominaria bolsonarismo².

Segundo Mattos (2022) o fenômeno do bolsonarismo e da extrema-direita não se limita às atuações apenas no âmbito parlamentar e institucional, mas consiste também na mobilização das massas e apresenta como núcleo estruturador a pequena burguesia e parcelas da sociedade assalariada e superiores que perpetuavam o discurso reacionário no cotidiano, contribuindo para o acirramento da polarização política.

Aos poucos, uma ideia antissistema, anti-institucional e antipolítica começa a ser difundida. Tais fatores contribuíram para a “produção de um ‘mal-estar’ na democracia” (AVRITZER, 2018, p. 273). Portanto, aquela aparente consolidação democrática que se tem início com o processo de redemocratização do país na década de 1980, apresentava os seus primeiros sinais de crise.

2. O FENÔMENO DO BOLSONARISMO

Segundo Przeworski (2020) uma série de acontecimentos como a rejeição de Aécio Neves ao resultado das eleições de 2014, o impeachment

² O bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’ sendo considerada profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.19).

FLUXO CONTÍNUO

da presidente Dilma Rousseff e a remoção de Lula à candidatura à presidência no ano de 2018 são condições que demonstram como os políticos, em um determinado momento, colocaram os seus interesses particulares acima da integridade das instituições democráticas.

Podemos estabelecer uma relação da crise da democracia no Brasil, com a eleição de Bolsonaro em 2018, como uma confluência entre neoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo, o que se evidencia por meio do descrédito nas instituições políticas e na expansão de um discurso racista, misógino e homofóbico.

Os últimos anos mostraram que a emergência de uma crise nas instituições representativas e democráticas deu-se em nível mundial, o que permitiu o surgimento de figuras “antiestablishment”, “antissistema”, “antielite” como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Segundo Solano (2019) os candidatos da extrema direita conseguiram angariar votos com base no sentimento de frustração e de desesperança ao apresentar um discurso de renovação política - embora Bolsonaro fosse velho conhecido da política brasileira -, portando-se como novo e operando em nível de um distanciamento das classes políticas tradicionais.

Bolsonaro se elegeu no Brasil e até certo ponto, é possível estabelecer certa similaridade com a eleição de Donald Trump nos EUA: o voto no “homem branco com raiva” e para, além disso, parece que seu populismo se assemelha aquele atribuído a Trump, um falso populismo segundo Fassin (2019), pois Trump compartilharia com os partidos de extrema direita europeus seu “racismo e desprezo pela democracia”, mas ao contrário, quando se refere aos aspectos econômicos de seu governo, ele teria enganado os seus eleitores, em especial, os das classes populares, por fazê-los crer terem votado em um anti-neoliberal, quando na verdade seu governo se apresentou como uma verdadeira expressão do neoliberalismo econômico. Porém, o que Fassin (2019) traz à tona é que mais do que essa premente dicotomia anti-neoliberal/neoliberal está o fato de que o que mais teria motivado seu eleitorado seria o caráter racista e xenófobo de sua campanha.

Outro fator que teria contribuído para a ascensão política e posterior eleição de Bolsonaro seriam elementos que estavam presentes também na campanha de Fujimori³ (Peru) como a necessidade de mudanças políticas no país, a necessidade de acabar com a crise econômica, acabar com a violência e com o terrorismo, acabar com corrupção no governo, fatores que permearam o imaginário do eleitor brasileiro e também firmaram com intensidade o caráter racista, xenófobo e de gênero presentes na campanha de Bolsonaro. Tais elementos podem ter sido decisivos para a eleição do ex-

³ Alberto Fujimori governou o Peru entre 1990 e 2000.

FLUXO CONTÍNUO

presidente Jair Messias Bolsonaro, visto que, o Brasil tem em sua trajetória histórica questões como racismo estrutural⁴ e violência de gênero⁵.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), no contexto peruano, Fujimori era despreparado para o cargo, era um “outsider político”, e isso o teria levado a tomar atitudes extremas já no início de seu mandato, por ter pouca ou quase nenhuma relação com os políticos peruanos, além de ter se indisposto com grande parte deles durante as eleições, pessoas que eram detentoras de grande poder e capital político e só após eleito se constatou tal fato.

Mas, Bolsonaro não pode ser considerado um outsider após uma permanência em cargos eletivos durante 30 anos (foi vereador entre 1989-1990 e deputado federal de 1991-2019 pelo estado do Rio de Janeiro), porém sua conduta política tem levado leigos e especialistas em política a questionarem se ele estaria preparado para o cargo, devido à sua pouca ou nenhuma atividade política no período, o que vem ao encontro do que afirma Miguel, que Bolsonaro teve uma “apagada atuação no Congresso nacional” (2022, p. 6).

Para muitos ele é tão despreparado politicamente quanto Fujimori, tanto que vemos em suas atitudes, muitas das condutas já perpetuadas por outros políticos considerados inaptos e que por fim acabaram se tornando ditadores, como por exemplo, o hábito frequente de desqualificar seus opositores, chamando-os inclusive de comunistas, ou ainda o fato de colocar grande parte da mídia brasileira e exterior como “inimiga política ameaçadora” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 61).

Bolsonaro emerge nesse novo cenário político (2013) prometendo combater um dos maiores males do país, a “herança” dos anos de petismo: a corrupção, com uma agenda que concilia as práticas do neoliberalismo e neoconservadorismo, com convicções de cunho segregador e autoritário. Defensor ferrenho da ditadura militar apresenta como ídolo e herói nacional um dos algozes desse período, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra - que inclusive foi exaltado pelo ex-presidente durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em pleno Congresso Nacional -, comparou negros e indígenas a animais, defendeu o porte de arma para a população com base no grande lema “bandido bom é bandido morto” e tudo isso em nome de Deus, da pátria e da família.

Segundo Miguel (2021) o discurso propagado por Bolsonaro, representa o avanço de pautas conservadoras e reacionárias, acompanhada do

⁴ Segundo o Atlas da Violência 2020, 75% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (IPEA, 2020).

⁵ Dados do Núcleo de Estudos de Violência da USP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que a cada duas horas, uma mulher morre no Brasil vítima de violência, ou ainda a LGBTfobia estrutural, sendo o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, estando na primeira colocação pelos últimos 10 anos consecutivos, segundo o “Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

FLUXO CONTÍNUO

avanço da extrema direita que é um fenômeno mundial. Então, “racismo, xenofobia, homofobia e misoginia deixam de ser sobrevivências envergonhadas para recuperar uma ostensiva centralidade na fala de muitos líderes políticos” (p. 3).

O caminho que o Brasil percorre para se chegar à vitória de Jair Messias Bolsonaro é de uma polarização extrema com níveis de intolerância inéditos na sociedade, ataques aos direitos básicos em que se observa que os discursos de tolerância e de diversidade são revertidos por uma lógica conservadora que almejava atender os princípios básicos da família tradicional brasileira (AVRITZER, 2018).

Para Biroli (2019) “a família é a chave que conecta as dimensões econômica e moral da regressão democrática” (p. 86). Em todos os momentos de crises democráticas, a pauta do discurso de gênero retorna com a alavanca do retrocesso e utiliza-se o discurso religioso como um discurso moral. Nesse sentido Cooper (2017) em sua obra “*Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*”, afirma que a relação que estabelece entre governo e família se dá a partir das políticas redistributivas do estado de bem estar social que eram praticadas nos EUA com vistas à manutenção de famílias que necessitavam de ajuda⁶, mas isso teria levado ao endividamento do Estado e foi uma das causas que levou empregadores a pressionar o governo por novas políticas de trabalho e previdência, que culminaram na ascensão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, e acabaram revelando o caráter racista e misógino da sociedade norte-americana.

Outro ponto relevante na argumentação de Cooper (2017) nos mostra que neoliberalismo e neoconservadorismo embora sendo distintos, acabam convergindo para minar as políticas redistributivas e o estado de bem estar social, pois seriam os programas de bem estar social os responsáveis por destruir a moral da sociedade, aqui entendida como a sociedade de livre mercado, no sentido de que enfraqueceriam as famílias e reduziram o

⁶ Cooper (2017) mostra que as políticas redistributivas, inicialmente criadas para atender mulheres, não eram estendidos às mulheres negras, porém, ao longo do percurso, tais políticas passam a atender uma maioria de beneficiárias negras, mães e pobres, expressando a condição de crise econômica do país. Aí estaria o primeiro elemento de natureza moral que se inscreve junto ao econômico: mulheres solteiras negras que se tornam mães e precisam do auxílio do estado estão ferindo a moral da família, ou seja, uma moral que pressupõe uma maternidade “branca e legalizada e dentro do casamento, de modo que isso levaria a um policiamento da moralidade dos beneficiários da previdência”. Isso retirou a discussão desse auxílio do patamar econômico e o transferiu para uma questão racial e moral, pois o argumento era de que essas mulheres negras estariam se beneficiando de um programa que não fora criado para elas. Ou seja, igualdade era um discurso formal, e a partir dessa lógica o que se produziu foi um discurso no sentido de que o “ativismo do bem-estar deveria ser focado na tarefa de restaurar e promover o ganha-pão afro-americano da família ao invés de subsidiar estilos de vida não normativos de mulheres afro-americanas solteiras”.

FLUXO CONTÍNUO

incentivo para trabalhar, em consequência, isso significava redução da acumulação de capital e da liberdade de negociação - em referência, por exemplo, às negociações trabalhistas que deveriam ser flexibilizadas -.

Para o neoliberalismo era necessário cortar gastos do Estado, e isso significava reduzir as despesas com o bem-estar social. Já o neoconservadorismo é uma reação à própria crise social que o país atravessava: a crise econômica teve como efeitos perceptíveis altas taxas de criminalidade, alienação da juventude e desemprego (o que no caso foi associado à desintegração da família negra, pois eram os mais desfavorecidos na sociedade diante da condição do racismo estrutural, resquício de uma sociedade escravocrata).

Portanto, o que o neoconservadorismo quis foi promover um resgate de "valores familiares" sem invocar a necessidade de redistribuição de renda, e ao mesmo tempo, almejava uma expansão do papel do Estado na regulação da sexualidade, pois isso permitiria reintegrar a família como fundamento da vida social e econômica, reestabelecendo a "ordem". A família para os neoliberais se presta a substituir - ou resgatar - o papel paternalista que o Estado assumiu no estado de bem-estar social.

Outro fator que favorece a campanha de Bolsonaro e evidencia o caráter conservador e homofóbico de seu discurso foi a criação de um pânico moral sobre as questões de gênero. Bolsonaro criou o que se denominou de pânico moral baseado na terminologia "ideologia de gênero" para angariar votos dos mais conservadores e religiosos, em especial, com a disseminação das *fake news* em torno do tão comentado e divulgado "kit gay" que eram implementados nas escolas do país durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) (MIGUEL, 2021).

Utilizou-se também da narrativa de uma "doutrinação comunista" que ocorriam nas instituições de ensino, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Por isso, defendem as políticas baseadas em uma educação "neutra", o que ficou conhecida popularmente como "Escolas sem Partido" (MATTOS, 2022).

Para Solano (2019) a campanha de Jair Bolsonaro e sua vitória é influenciada também pela construção de um simbolismo em que o espectro político à esquerda surge como uma categoria polissêmica que incluíam ativistas pelos direitos humanos, professores e manifestantes que se configuravam como um "inimigo" a ser combatido e com uma tentativa de evitar e afastar o fantasma do comunismo que estava sempre à espreita no Brasil.

Para Avritzer (2020) o ex-presidente chegou à presidência não como um líder político, mas como alguém capaz de destruir políticas públicas ocasionando um retrocesso no país.

FLUXO CONTÍNUO

Bolsonaro despertou entre os seus adeptos que o tratam como mito, o ódio engasgado por anos às políticas públicas, aos direitos humanos, à democracia, à diversidade e ao fantasma do comunismo. Era preciso “limpar” o Brasil ainda que fosse desrespeitando a Constituição Federal de 1988, solicitando intervenção militar ou adquirindo o porte de armas para se “defender” dos inimigos em potencial.

No cenário ora analisado esse não deixa de ser o sentido de agregação que Bolsonaro deu ao seu discurso ao incitar a necessidade de um povo forte, uma ideia de sentimento nacionalista, valendo-se do mito desagregador da ideologia de gênero. Se antes o sentimento era contra o socialismo, agora é contra a ideologia de gênero que a sociedade deve unir-se. Isso gerou então os mesmos elementos que eram característicos do fascismo: repressão, violência e nacionalismo, não com o mesmo significado, mas com o mesmo efeito.

Essa nova razão do mundo, com a produção de um sujeito neoliberal é o que nos mostra Wendy Brown em obras como “Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente” (2019) e em “El Pueblo sin Atributos” (2016). Para a autora, o neoliberalismo seria mais do que um sistema econômico, seria uma forma “particular de razão” que estaria reconfigurando todos os aspectos da existência humana, pois estaria imbuído de um caráter normativo que para além de relacionarem-se as políticas econômicas estaria imbricado fortemente nos aspectos políticos da sociedade, e a partir do momento em que passou a inserir-se nas instituições políticas também interferiu nos elementos básicos da democracia, o que estaria levando ao seu desvirtuamento e consequentemente estaria despojando-a de seus ideais. Brown (2016, 2019) está atenta para o fato de que isto representa o que ela chama de “economização da democracia”⁷ e que este é um desafio que se coloca para a permanência da democracia.

Assim, o neoliberalismo ao promover expansão da lógica de mercado, e ao inserir-se nos aspectos políticos conseguiu submeter tanto a política

⁷ Dois elementos que merecem destaque em seus argumentos são a ideia de governança e administração que teria substituído a ideia de governo do povo. Essa governança e administração para os governos representam justamente essa aproximação entre economia e política, como reação ao keynesianismo e ao socialismo democrático, porém o que vemos é que essa ideia de governança passa a ser difundida com um objetivo muito claro que é justamente afastar o cidadão da participação política, de modo que ao administrar o que Brown entende como racionalidade neoliberal atenuando os conflitos normativos e ao mesmo tempo desativando a cidadania. O sentido da governança é aplicado pelos governos no sentido de governar como forma de administrar, numa fusão entre práticas políticas e empresariais, com isso possibilita a descentralização do Estado, incentivando as privatizações e a terceirização dos serviços públicos, além de diminuir a intervenção do Estado mediante políticas públicas, algo que tem sido amplamente incentivado tanto pelo Governo brasileiro quanto pelos órgãos estrangeiros como o BID e BIRD (BROWN, 2016).

FLUXO CONTÍNUO

quanto a vida social a seus interesses⁸. Ao “economicizar” a vida privada dos indivíduos um dos principais efeitos que podemos observar foi a perda do sentido de coletividade, da ideia de cidadania e isso interfere diretamente na luta por direitos e na permanência da democracia. Seus efeitos podem ser sentidos através da destruição de direitos trabalhistas e sociais nas reformas Trabalhista e da Previdência, do desemprego, da precarização das relações de trabalho, do ataque constante aos serviços públicos.

Desta forma, segundo Brown (2016), um efeito importante dessa neoliberalização é justamente a derrota do homem político que constituiu-se na democracia liberal para este sujeito empreendedor de si mesmo, cujas consequências afetam as instituições democráticas, enfraquecendo-as, uma vez que uma dessas consequências é que dentro do imaginário social não temos mais cidadãos igualitários, mas sim vencedores e perdedores, responsáveis por si mesmos, e se antes a igualdade era o ideal buscado, agora a desigualdade é o ideal permitido.

A campanha e o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro é permeada também por um discurso anti-intelectual. Segundo Solano (2019) o anti-intelectualismo “é negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política.” (p. 317), o que ficou efetivamente mais notório durante a pandemia do coronavírus quando um projeto anti-ciência se tornou mais efetivo e consolidado.

De histeria à gripezinha, compreendendo que o lockdown e as medidas isolamento que são defendidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estavam incorretas e compunha um verdadeiro absurdo, pois prejudicaria a tão importante economia. Essas foram as ideias proferidas pelo chefe do Executivo e aceitas sem muita reflexão pelos seus adeptos.

Além do mais, quem pensava diferente de Bolsonaro foi facilmente descartado mesmo quando fazia parte do governo, como ocorreu com os ministros da saúde – em período pandêmico - Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich -, destituídos dos seus cargos por defenderem a ciência. Ambos tinham opinião contrária à de Bolsonaro em relação ao uso da cloroquina em pacientes com Covid-19. Também compreendiam que as medidas de

⁸ Uma das formas que se torna mais visível das políticas neoliberais tem sido a influência de Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) que, há mais de uma década, estão hegemonizando a pauta empresarial na educação pública. Isso tem dado um caráter mercantil à educação. Segundo Leher (et. a 2023), “após dominar o mercado de educação superior, grupos de capital aberto estão segmentando suas atividades econômicas, por meio de cursos a distância, educação digital, cursos presenciais para estudantes de alto poder aquisitivo e da acelerada expansão na educação básica. Ademais objetivam ampliar seus negócios com a educação pública para dar vazão aos seus sistemas de ensino e plataformas de trabalho”.

FLUXO CONTÍNUO

isolamento seriam eficazes para a não propagação do vírus e uma possível contaminação em massa, consequentemente evitando uma superlotação no Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto Bolsonaro defendia o contrário.

Os discursos de Bolsonaro defendendo o isolamento vertical se propaga entre os seus apoiadores que disseminam seus ideais nas redes sociais, em especial, nos grupos do WhatsApp, ganhando cada vez mais força e contribuindo para um desrespeito às medidas proferidas pelo Ministério da Saúde.

Durante o seu mandato, o ex-presidente Bolsonaro, atacou por diversas vezes as instituições democráticas, em especial, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, em uma tentativa de operar uma distância entre ele e o meio a qual pertencia.

É com base em tais fatores que o discurso de Bolsonaro se fortalece e permite sua eleição à presidência do Brasil em 2018. Mas também é importante destacar, além desses fatores, de que forma isso fica explícito em seu governo através de uma política que podemos chamar de antidemocrática.

3. A POLÍTICA ANTIDEMOCRÁTICA

Como vimos, Bolsonaro se elege com um discurso xenófobo, racista e misógino. Mas, mais do que um discurso vimos esses elementos afetarem diretamente as políticas públicas e os pilares da democracia brasileira, em especial, no que se refere a igualdade e as liberdades substantivas.

Fassin (2019) afirma que Donald Trump “não foi eleito apesar da sua atitude de xenofobia e racismo, mas por causa dela” (p. 60), podemos dizer que no Brasil a situação se repetiu: Bolsonaro foi eleito por sua atitude de racismo, xenofobia e machismo, propagando um discurso que incentiva violência às minorias, não que antes não houvesse violência de gênero, racismo e xenofobia, mas o discurso empregado legitima e incentiva tais condutas ao ponto de torná-las mais frequentes e mais explícitas, dando aos infratores inclusive a sensação de impunidade, tanto que, segundo pesquisa realizada pelo Monitor da Violência, do portal G1, e do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) (2023) houve um crescimento no número de feminicídios de 5% em comparação a 2021⁹.

⁹ Em 2021 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios, da população em geral, apresenta queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021. Entre os anos de 2021 e 2022, foi constatado um aumento de 5,5% nos casos de feminicídios no País, principalmente em estados como São

FLUXO CONTÍNUO

De maneira similar ao eleitorado de Trump, pode-se dizer que o eleitorado de Bolsonaro também não se define pelo fator economia (FASSIN, 2019), ainda que muitos afirmassem ser contra a política econômica praticada durante os governos PT (2003 a 2016).

E se existiu o caráter xenófobo das declarações de Bolsonaro referindo-se aos nordestinos e suas críticas aos programas sociais para as populações menos favorecidas, paradoxalmente viu-se um aumento de sua popularidade junto a essa camada, principalmente no norte e nordeste, devido aos benefícios emergenciais pagos aos brasileiros durante a pandemia (Auxílio Emergencial de R\$ 600 a R\$ 1.200, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, ou Benefício Emergencial (BEm), o abono salarial PIS/Pasep e o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os valores pagos variam de R\$ 600 do auxílio a R\$ 1.813, visto que em muitos casos o valor do benefício excede e muito o valor que o beneficiário tinha direito, por exemplo, como beneficiário do Bolsa Família. Desta forma, as práticas que antes eram emergenciais, revestiram-se de um caráter populista.

Ponto demasiadamente importante que precisa e merece ser destacado é o poder e alcance que o discurso do ex-presidente nas redes sociais - principalmente via Twitter e WhatsApp, nas quais sua militância era e é extremamente ativa, em especial, no compartilhamento das *fake news*¹⁰, o que contribuí significativamente para a sua vitória na eleição de 2018¹¹.

Paulo (43,4%), Rio de Janeiro (25,40%), Bahia (15,1%) e Minas Gerais (9,7%). É o maior registro de casos desde que a lei de feminicídio entrou em vigor, em 2015.

¹⁰ Segundo Lobo (2019): Ainda na linha da utilização das redes sociais digitais em uma perspectiva negativa, as chamadas *fakes news* também estão atreladas às dinâmicas das tecnologias digitais, que trazem velocidade à divulgação de conteúdos, além de potencializar o alcance que a informação pode atingir. Ademais, atualmente, contam como aliados o contexto sociopolítico da perda de confiança nas instituições tradicionais, incluindo veículos de imprensa, além de um clima polarizado politicamente, como nos casos das eleições no Brasil, em 2014, e Estados Unidos, em 2016 (VICTOR, 2017 apud SOUZA, 2017a), e também durante e após a eleição 2018 no Brasil.

¹¹ Para exemplificar o uso de *fake news* pelo ex-presidente Jair Bolsonaro temos a ocorrência de um tuíte no qual, ao invés de nomear Fernando Haddad pelo seu nome próprio, Bolsonaro se refere a ele aqui como "pai do kit gay e pau mandado do corrupto preso", afirmando inclusive que Haddad era o "pai do kit gay". Assim, "durante as eleições, "mamadeira de piroca" e «kit gay» foram duas *fake news* que reverberaram em torno da figura do candidato Fernando Haddad. A afirmação de que havia um kit gay destinado a crianças de seis anos nas escolas foi desmentida por inúmeros veículos de comunicação, no entanto, Bolsonaro não deixou de fazer uso dela durante todo o período eleitoral. A escolha é, sem dúvida, estratégica, e se destina a causar indignação naqueles que o acompanham, conectando seus interlocutores através da emoção e enquadrando Fernando Haddad como um sujeito distante das características de um "cidadão de bem", expressão frequentemente utilizada por seus eleitores. Assim, a escolha desse referente, ainda que inverídico, contribui não só para desqualificar a imagem de seu opositor, mas também para reforçar a lógica do "nós" (os "cidadãos de bem") contra "eles" (os que se distanciam da norma). Não importa, para o tuíte, que Bolsonaro esteja sendo o divulgador de uma mentira: importa a quem ele aponta

FLUXO CONTÍNUO

Bolsonaro soube fazer uso estratégico das redes sociais para propagação de seu discurso, o qual pode ser caracterizado como um discurso de ódio, tanto que durante seu governo o Twitter foi “utilizado como um canal oficial de comunicação do governante com sua base eleitoral, imprensa e cidadãos em geral” (LOBO, 2019).

Outro fator de relevância nas políticas - ou antipolítica - ficou evidente durante a pandemia de Covid-19. O negacionismo de Bolsonaro e sua postura antivacina foram as marcas de uma crise sanitária sem precedentes que assolou o país na qual mais de 710 mil pessoas tiveram suas vidas ceifadas. Desde aglomerações e posturas contrárias a compra de vacinas, Bolsonaro incentivou os seus adeptos e seguidores através dos seus discursos e suas manifestações nas redes sociais.

Contra as ações ou omissões do Governo durante a pandemia de Covid-19 há uma reação por parte do STF, que instado manifestou-se prontamente, através de decisões¹², para conter “o ímpeto negacionista de Bolsonaro” (VIEIRA, GLEZER, BARBOSA, 2022, p. 599). Estas decisões por parte do STF, dentre outras, levaria a um ataque constante do órgão pelo ex-presidente.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), os “estados modernos possuem várias agências com autoridade para investigar e punir delitos tanto de funcionários ou mandatários públicos como de cidadãos comuns” (p. 63), e dentre estas agências eles incluem o poder judiciário, e que em tese, tais agências “em democracias [...] devem servir como árbitros neutros” (p. 63), e portanto, têm a capacidade de denunciar e punir abusos governamentais, no exercício do controle da constitucionalidade, controlando inclusive os demais poderes. Para Levitsky e Ziblatt (2018) “os cidadãos muitas vezes demoram a compreender que sua democracia está sendo desmantelada – mesmo que isso esteja acontecendo bem debaixo do seu nariz” (p. 74).

Se o Brasil já viveu momentos autocráticos durante o período da ditadura (1964-1985), e se tínhamos a sensação de estarmos em uma democracia, com a garantia dos direitos civis, trabalhistas e sociais, ou seja, a

sua acusação e o efeito que reverbera em seus seguidores ao definir seu opositor da forma como o faz (VISCARDI, 2020).

¹² Declarou que o governo deveria parar de produzir e circular campanhas publicitárias contrárias a medidas restritivas de combate à pandemia em decisões nas adpf 668 e 669 (Maia, 2020); determinou que o governo deveria manter a divulgação de dados oficiais de infecção e óbitos relacionados à Covid-19; impôs critérios de transparência e publicidade ao Ministério da Saúde (adpf 690, 691 e 692); e barrou restrições indevidas à Lei de Acesso à Informação (adi 6.351, 6.347 e 6.353). Além disso, o stf demandou do Poder Executivo a adoção de medidas ativas no enfrentamento à Covid-19 em terras indígenas (adpf 709) e no que concerne à população quilombola (adpf 742), bem como obrigou o governo a elaborar planos de vacinação (adpf 754 e 756) ou de medidas de contenção da pandemia, com especificidade suficiente para ser controlados pelo stf (adpf 709). (VIEIRA, GLEZER E BARBOSA, 2022).

FLUXO CONTÍNUO

garantia de uma cidadania em expansão viu-se com as reformas trabalhistas e previdenciárias de 2017 e 2019, respectivamente, que houve já um retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais, e que em muitos aspectos, as liberdades individuais também foram ostensivamente atacadas, como a liberdade de religião, a liberdade de orientação sexual, a liberdade de associação partidária, com aumento expressivo da violência contra as minorias envolvidas.

Bolsonaro aglutinou no seu discurso político o que considerava um problema do sistema eleitoral, colocando em xeque a legitimidade do sistema político como um todo, ante sua narrativa de desconfiança nas urnas eletrônicas, discurso este presente desde a sua vitória em 2018 até a campanha de reeleição em 2022, o que para ele, implicaria na necessidade de mudança do sistema eleitoral inclusive com o retorno do voto impresso, o que foi propagado ostensivamente pelos seus aliados, colocando em xeque por várias vezes o sistema eleitoral e as instituições democráticas como um todo.

A força desse discurso evidencia-se quando os adeptos do bolsonarismo não aceitam o resultado das eleições de 2022 e articulam-se por todo o Brasil em manifestações (com uso de violência) contra um resultado eleitoral legítimo. Os atos dos bolsonaristas em grande medida mostraram desrespeito a Constituição Brasileira e aos princípios básicos de um sistema democrático, que levaria a um dos eventos recentes mais lamentáveis da história política do Brasil, quando no dia 8 de janeiro de 2023, alguns brasileiros inconformados com o resultado das eleições, articulados por uma elite econômica, política e militar invadem o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), depredando parte do patrimônio nacional.

Para Castilho e Lemos (2021) as políticas (ou antipolíticas) do governo Bolsonaro devem ser entendidas como uma necropolítica¹³, em especial no que se refere às políticas durante a pandemia. No mesmo sentido, cortes no orçamento público, congelamento de gastos que afetam saúde, educação, segurança e assistência social (EC/95) também podem ser enquadradas como uma forma de necropolítica, visto que atingem os cidadãos brasileiros, agudizando as precárias condições que a maioria da população está sujeita¹⁴ (CASTILHO, L., 2021, p. 272).

¹³ O conceito de necropolítica introduzido no debate público por Achille Mbembe tem sido frequentemente mobilizado para a reflexão acerca das formas de violência perpetradas pelo Estado, especialmente contra as populações mais pobres e as minorias raciais (ALMEIDA, 2021)

¹⁴ A naturalização e legitimação da violência, insegurança econômica, desmonte de direitos, ataque às experiências democráticas, extermínio da população que vive na periferia, passa a ser encarada como a legalidade que deve ser aceita pela classe trabalhadora. O neoliberalismo, e sua expressão jurídica, o estado de exceção, torna-se um novo paradigma

FLUXO CONTÍNUO

Vale ressaltar que o ataque às instituições não se limita apenas aos objetos materiais, mas representa um desprezo à Constituição e um alvo direto: a democracia. O resultado dos anos de discurso de ódio às minorias, o desprezo aos Direitos Humanos e ao processo eleitoral propagados pelo ex-presidente encontrou adeptos suficientes que se dispuseram a disseminação de um desprezo total às instituições políticas, ao bem comum e ao Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do bolsonarismo pode ser considerado uma ameaça à democracia, uma vez que ataca diretamente as minorias, por meio de um discurso de ódio, xenofóbico, racista e misógino (FASSIN, 2019). A crise da democracia está intrinsicamente ligada ao fortalecimento do neoliberalismo como política econômica e de sua associação à esfera política da sociedade, bem como de um neoconservadorismo, cuja influência se manifesta sobre os governos e também na vida dos indivíduos,

Não por acaso o discurso neoconservador acaba sendo recepcionado fortemente no Brasil, pois é uma sociedade onde podemos identificar o racismo estrutural e a questão do sexismo, resquícios da sociedade escravocrata e patriarcal, o que ao final, vai ser impulsionado pela agravante de ser um país cristão, cuja recepção ao discurso da ideologia de gênero oriunda da tese da teologia do corpo, somente expõe ainda mais o caráter conservador de nossa sociedade, um país que cuja a democracia e respeito às liberdades individuais e igualdade são recentes, visto que, o processo de redemocratização brasileiro se inicia apenas na década de 1980, porém sob forte influência das políticas neoliberais iniciadas na década de 1970 na Europa e EUA, acrescida da influência do neoconservadorismo, o que vai ser determinante para a configuração dessa democracia, a qual não consegue firmar-se de acordo com os ideais de igualdade imaginados.

Diante do exposto, a antipolítica de Bolsonaro e o comportamento dos bolsonaristas mostram que a democracia vem sendo atacada e enfraquecida, muito embora sob um véu que obscurece tais ataques, nem sempre feito as claras, mas cujos efeitos já podem ser vistos e sentidos.

REFERÊNCIAS

para explicar governos autoritários que mantém a legalidade constitucional atacando e desconsiderando esta mesma ordem legal (CASTILHO e LEMOS, 2021, p. 272).

FLUXO CONTÍNUO

ABRANCHES, Sérgio. As vias tortuosas da democracia e a crise de representação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 59-74, julho/agosto/setembro 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Cad CRH**, v. 34, p. 1-10, 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise de 2013-2018. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *Teoria democrática e deliberação pública*. **Lua nova**, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contrapessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BIROLI, Flávia. *A reação contra o gênero e a democracia*. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. especial, p. 76-87, dez. 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **El Pueblo Sin Atributos**. La Secreta Revolución Del Neoliberalismo. Traducción de Víctor Altamirano. Editora Malpaso (Versão digital). 2016.

CASTILHO, Daniela Ribeiro. LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Rev. Katálisis**, v. 24, n. 2, p. 269-279, May-Aug 2021.

CIOCCARI, Deysi.; EZEQUIEL, Vanderlei.; MOTTINHA, Romer. A eleição de Jair Bolsonaro: a construção do medo e ódio na campanha eleitoral de 2018. **Revista Debates**, Porto Alegre, v 13, n. 3, p. 89-105, set-dez 2019.

FLUXO CONTÍNUO

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

FASSIN, Éric. Um populismo neoliberal. In: **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

FREIXO, Adriano de. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs) **Brasil em transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-24.

IPEA. *Atlas da Violência 2020*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LEHER, Roberto *et al.* Novas possibilidades históricas para a Democracia e para a educação pública. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 44, p. 1-9, 2023.

LEVITSKY, Steven e Daniel ZIBLATT. Subvertendo a democracia. In: **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. Editora Zahar: 2018.

LOBO, Denis Augusto Carneiro; CONCEIÇÃO, Desirée Luíse Lopes. **Ódio e fake news como estratégia política no discurso de Bolsonaro nas redes sociais digitais**. Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9135>. Acesso em: 07 dez. 2023.

MACHADO, Jorge.; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociol. Antropol.** v. 09, n. 3, p. 945-970, Sep-Dec 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 025-039, mar. 2022.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-647, set-dez 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Democracia e verdade. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2022.

MIGUEL, Luís Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 62, p. 1-14, 2021.

FLUXO CONTÍNUO

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV/USP). **Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida**. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/8-3-23-nev-na-midia-monitor-da-violencia-g1-aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POGGI, Tatiana. **“Fascismo e neofascismo”, em Faces do extremo: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2003)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonaro e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**. v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 307-322.

USP (Universidade de São Paulo). Jornal da USP. **“Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

VIEIRA, Oscar Vilhena, GLEZER, Rubens, BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o Governo Bolsonaro. **Novos estud. CEBRAP**, v. 41, n. 3, p. 591-605, 2022.

VISCARDI, Janaína Martins. Fake News, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro do Twitter. **Dossiê Trab. linguist. Apl**, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020.